

Qualidade, Sustentabilidade e Responsabilidade Social na Indústria da Construção: Um Estudo de Caso

Rogério Tondato (UTFPR/UFSC) rogeriotondato@utfpr.edu.br
Cristiane Minako Koga (CESUMAR) cristiane.m.koga@hotmail.com
Mirian Buss Gonçalves (UFSC) mirianbuss@deps.ufsc.br

Resumo:

Procurou-se demonstrar, através deste estudo de caso, o crescimento pessoal e profissional de pessoas obtido através de programas de qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social, na indústria da construção civil. Demonstrou-se a possibilidade da reeducação e conscientização relacionadas a esses aspectos, evidenciando o sucesso destes em qualquer nível hierárquico e ou nível de esclarecimento.

Palavras chave: Construção Civil, Qualidade, Sustentabilidade, Responsabilidade Social.

Quality, Sustainability and Social Responsibility in the Construction Industry: A Case Study

Abstract

Tried to demonstrate, through this case study, the personal and professional growth of people achieved through quality programs, sustainability and social responsibility in the construction industry. Demonstrated the possibility of re-education and awareness related to these aspects, highlighting the success of these at any hierarchical level or level of enlightenment.

Key-words: Construction, Quality, Sustainability, Social Responsibility.

1. Introdução

Houve o tempo em que o objetivo da construção civil era, simplesmente, utilizar toda mão de obra que não atendia outros setores da produção para construir casas e edificações. A qualidade chegou até a indústria da construção como item primordial para o seu desenvolvimento. O mercado, cada vez mais competitivo, incentivou as empresas a buscarem novas técnicas e procedimentos para oferecer a seus clientes produtos e serviços com mais qualidade.

Para uma empresa tornar-se competitiva precisa priorizar uma política da qualidade que envolva a busca contínua de melhorias a fim de superar expectativas próprias e de seus clientes. Investe-se mais em treinamentos e na qualificação dos colaboradores e, melhor, existe a preocupação de valorizar cada funcionário proporcionando-lhe cuidados com a saúde, bem estar e qualidade de vida.

Construir com responsabilidade também passou a ser requisito indispensável na construção civil. Responsabilidade ambiental, buscando inovações tecnológicas sustentáveis, adotando sistemas construtivos mais duradouros, reutilizáveis e recicláveis. Desenvolver

sustentavelmente supre-se as necessidades atuais sem o comprometimento da capacidade de atender gerações futuras. A indústria da construção constitui o ramo que mais emprega, no país; porém, consiste num dos maiores produtores de resíduos e agentes poluentes ao meio ambiente, além de apresentar o maior número de acidentes de trabalho no setor produtivo. A busca de alternativas para construções sustentáveis tem sido o desafio do setor e de toda a cadeia de fornecimento envolvida. A produção deve ser realizada a partir de insumos que sejam sustentáveis; mas, também, economicamente viáveis. (MACHADO, 2011)

A responsabilidade social traz para os canteiros de obra a conscientização da importância da solidariedade e do papel de cada cidadão na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Criar ações sociais dentro do ambiente de trabalho beneficia todos os envolvidos e demais pessoas dentro das comunidades onde a indústria está inserida.

É a integração de todos os elementos mencionados: qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social, que irá garantir o ideal funcionamento, desenvolvimento e crescimento da indústria da construção. Busca-se, através deste trabalho, apresentar quais os benefícios que foram obtidos através da implantação desses novos conceitos e quais as mudanças de atitudes visíveis durante o processo de perpetuação, transformando uma empresa e, conseqüentemente, transformando pessoas.

2. Revisão da Literatura

2.1 Sistema de Gestão da Qualidade na Indústria da Construção

O termo qualidade foi, a partir da década de 70, muito usado na administração e nos negócios, gerando o método do controle da qualidade total (CQT) ou gestão da qualidade total (GQT). Nessa linha, Campos (1992) diz que um produto ou serviço de qualidade é aquele que atende perfeitamente, de forma confiável, de forma acessível, de forma segura e no tempo certo, às necessidades do cliente. Nessa linha, para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1994, p. 3-4), citada por Valls e Vergueiro (1998), a qualidade tem a seguinte definição: Totalidade de características de uma entidade que lhe confere a capacidade de satisfazer às necessidades explícitas e implícitas; em algumas referências a qualidade é definida como adequação ao uso ou adequação ao propósito ou satisfação do cliente ou conformidade aos requisitos.

O Sistema de Gestão da Qualidade, como ferramenta, proporciona a padronização e controle de processos, viabiliza medir a eficiência e verificar a eficácia das ações tomadas com foco específico na satisfação do cliente e melhorias contínuas. (MQIC, 2003)

Esse sistema oferece segurança à alta direção nas tomadas de decisão, pois possibilita a leitura de indicadores de desempenho precisos e confiáveis. Trata-se de um conjunto de elementos interligados, integrados na organização, que trabalham coordenados para estabelecer e alcançar o cumprimento dos objetivos e da política da qualidade da empresa, dando consistência aos produtos e serviços oferecidos para que satisfaçam e superem as expectativas próprias e de seus clientes.

2.2 Sustentabilidade na Indústria da Construção

A indústria da construção conta com novas tecnologias que permitem aumento da produtividade com redução na geração de resíduos e desperdícios. Dessa maneira, destaca-se o respeito ao meio ambiente e a preocupação da disseminação dessa cultura. (PINTO, 2005)

Destacam-se, dentre esses sistemas:

- Sistema de Escoramento Metálico: alternativa sustentável aos escoramentos de madeira, apresentando maior durabilidade, segurança, limpeza e organização da obra;

- Sistema de Laje Nervurada: eliminação de 80%, aproximadamente, de madeira total da obra, favorecendo o meio ambiente, além de eficiência, agilidade e versatilidade na construção; (EDIFICAÇÕES, 2008)
- Sistema *Drywall*: além da garantia de instalações seguras, leves, limpas e rápidas, resíduos das placas de gesso acartonado podem ser reutilizados.
- Implantação de um plano de gerenciamento de resíduos.

Todo conteúdo teórico referente ao Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos foi obtido no Manual PGIRS da Catamarã Engenharia (2010), implantado na empresa com a consultoria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, Maringá.

O Manual PGIRS trata-se de um documento que descreve o fluxo atual e a logística proposta para um adequado gerenciamento dos resíduos sólidos de determinada empresa. É baseado nos princípios da não geração e da minimização da geração de resíduos, que aponta e descrevem as ações relativas ao seu manejo, contemplando os aspectos referentes à minimização na geração, segregação, acondicionamento, identificação, coleta e transporte interno, armazenamento temporário, tratamento interno, armazenamento externo, coleta e transporte externo, tratamento externo e disposição final. O PGIRS deve ser elaborado pelo gerador dos resíduos e submetido à análise do órgão ambiental para aprovação.

Para a implantação do programa faz-se necessário definir:

- A sistemática para avaliação dos receptores de resíduos, quanto as suas condições legais, operacionais e ambientais;
- A sistemática para segregar, coletar, acondicionar, armazenar, administrar e garantir que o gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil seja executado na obra;
- Equipe PGIRS - Comissão de Gestão de Resíduos: equipe formada por colaboradores da empresa que realizam auditorias e atuam como multiplicadores no processo de sensibilização / treinamento nas áreas para verificar a efetividade da gestão de resíduos;
- Criação de Depósito Intermediário de Resíduos (DIR): local onde os resíduos são armazenados e separados de acordo com suas especificações visando formação de estoque até viabilizar economicamente o processo de destinação final. Deve-se seguir orientações acerca desse armazenamento conforme normas descritas no Manual PGIRS;
- Contrato e/ou acordo com Empresas Receptoras (ER): empresa autorizada para realizar a coleta e destinar adequadamente o resíduo, fora da empresa. É descrito no manual como realizar este acordo e modelo de Termo de Receptação deve ser realizado por prazo determinado;
- Ilhas de Coleta: Coletores dispostos em locais estratégicos, de grande circulação, que centralizam e facilitam a separação e coleta dos resíduos. Estes devem estar devidamente identificados.

O Planejamento de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil, em um canteiro de obras, deve ser realizado da seguinte maneira:

- I. Identificar as fontes geradoras:

- Prévia caracterização dos resíduos que poderão ser gerados durante a obra com base em memoriais descritivos, orçamentos e projetos;
 - O setor de suprimentos deve levantar informações sobre os fornecedores de insumos e serviços com possibilidade de identificar providências para reduzir ao máximo o volume de resíduos (embalagens) e desenvolver soluções compromissadas de destinação dos resíduos, preferencialmente, preestabelecidas nos respectivos contratos (logística reversa).
- II. Avaliação da viabilidade de reutilização e reciclagem dos resíduos e pré-definição das empresas transportadoras e receptoras:
- Possibilidade de reutilização ou reciclagem os resíduos no próprio canteiro;
 - Proximidade dos destinatários para minimizar custos de deslocamento;
 - Disponibilidade do mercado regional, ou seja, levar em consideração as empresas receptoras existentes na região da execução da obra;
 - Conveniência do uso de áreas especializadas para a concentração de pequenos volumes de resíduos mais problemáticos (DIR), visando a maior eficiência na destinação.
- III. Treinamento:
- Capacitação de todos os envolvidos;
 - Envolvimento dos funcionários nas estratégias de gestão dos resíduos gerados na obra, como na composição, capacidade e localização das ilhas de coleta, logística de transporte para retirada dos resíduos segregados e localização, capacidade e composição do depósito intermediário de resíduos (DIR);
 - Conscientização de todos os funcionários sobre a importância da colaboração individual, focando a sustentabilidade ambiental, econômica e social.
- IV. Implantação:
- Edificar ou determinar local para o depósito intermediário de resíduos baseando-se na qualificação e quantificação de geração residual prevista. Identificá-lo, inclusive suas baias, e sinalizar quanto ao acesso restrito e ao perigo de manuseio de certos materiais;
 - Providenciar os recipientes identificados para o acondicionamento dos materiais a serem segregados e distribuí-los nos pontos planejados no momento oportuno;
 - Providenciar acordos, termos de responsabilidade, contratos, licenças, autorizações e demais documentos que formalizem todas as ações do receptor.
- V. Monitoramento:
- Alimentar planilhas de controle ou arquivar registros que comprovem as quantidades de saída de cada tipo de resíduo proveniente das atividades desenvolvidas na obra;
 - Realizar auditorias internas avaliando a efetiva segregação dos resíduos, a organização das ilhas de coleta e do DIR, a colaboração dos envolvidos e a logística adotada;
 - Doação de recicláveis e reversão da renda gerada na venda de outros resíduos (madeira, aço) a entidades sociais promovendo, simultaneamente, ações sociais;
 - Discutir as auditorias, considerando a opinião dos funcionários, em busca da melhoria contínua;

- Realizar auditorias nas empresas receptoras e transportadoras de resíduos ou, ao menos, conferir a validade e abrangência das documentações exigidas das mesmas;
- Reunião anual com o responsável gerencial da empresa para revisar e analisar criticamente o desenvolvimento e as necessidades da gestão de resíduos sólidos, registrando em ata de reunião;
- Arquivar todos os acordos, termos de responsabilidade, contratos, licenças, autorizações, planilhas de controle, registros, relatórios de auditorias, atas de reunião, listas de presença de treinamentos, registros fotográficos, enfim, tudo que formalize a prática do gerenciamento de resíduos.

2.3 Responsabilidade Civil na Indústria da Construção

Segundo Vieiras (2011), as transformações socioeconômicas dos últimos 20 anos têm afetado profundamente o comportamento de empresas até então acostumadas à pura e exclusiva maximização do lucro. Se por um lado o setor privado tem cada vez mais lugar de destaque na criação de riqueza; por outro lado, é bem sabido que com grande poder, vem grande responsabilidade. Em função da capacidade criativa já existente, e dos recursos financeiros e humanos já disponíveis, empresas têm uma intrínseca responsabilidade social.

A ideia de responsabilidade social incorporada aos negócios é, portanto, relativamente recente. Com o surgimento de novas demandas e maior pressão por transparência nos negócios, empresas se veem forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações.

Infelizmente, muitos ainda confundem o conceito com filantropia, mas as razões por trás desse paradigma não interessam somente ao bem estar social, mas também envolvem melhor desempenho nos negócios e, conseqüentemente, maior lucratividade. A busca da responsabilidade social corporativa tem, grosso modo, as seguintes características:

- É plural. Empresas não devem satisfações apenas aos seus acionistas. Muito pelo contrário. O mercado deve agora prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera. Empresas só têm a ganhar na inclusão de novos parceiros sociais em seus processos decisórios. Um diálogo mais participativo não apenas representa uma mudança de comportamento da empresa, mas também significa maior legitimidade social.
- É distributiva. A responsabilidade social nos negócios é um conceito que se aplica a toda a cadeia produtiva. Não somente o produto final deve ser avaliado por fatores ambientais ou sociais, mas o conceito é de interesse comum e, portanto, deve ser difundido ao longo de todo e qualquer processo produtivo. Assim como consumidores, empresas também são responsáveis por seus fornecedores e devem fazer valer seus códigos de ética aos produtos e serviços usados ao longo de seus processos produtivos.
- É sustentável. Responsabilidade social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também amplia o conceito a uma escala mais ampla. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promove a imagem da empresa como um todo e por fim leva ao crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais.
- É transparente. A globalização traz consigo demandas por transparência. Não mais nos bastam mais os livros contábeis. Empresas são gradualmente obrigadas a divulgar sua

performance social e ambiental, os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção ou compensação de acidentes. Nesse sentido, empresas serão obrigadas a publicar relatórios anuais, onde seu desempenho é aferido nas mais diferentes modalidades possíveis. Muitas empresas já o fazem em caráter voluntário, mas muitos preveem que relatórios socioambientais serão compulsórios num futuro próximo.

Muito do debate sobre a responsabilidade social empresarial já foi desenvolvido mundo afora, mas o Brasil tem dado passos largos no sentido da profissionalização do setor e da busca por estratégias de inclusão social através do setor privado.

O Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, CPCE instalado em dezembro de 2004 com a missão de congregar as potencialidades e competências empresariais para promover o desenvolvimento sustentável do estado do Paraná (CPCE, 2011).

A realização de parcerias é fundamental para melhoria e ampliação das ações de responsabilidade socioambiental e o CPCE estabelece mecanismos de apoio às empresas que têm interesse em investir na área socioambiental, orientar sobre o investimento social privado e apóia a formação de empresários paranaenses comprometidos com os Princípios do Pacto Global e dos ODM, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para a prática da responsabilidade social e ambiental.

Conforme a Rede Brasileira do Pacto Global (2011), o programa trata de uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletidos em 10 princípios.

A entidade que adere ao pacto assume, voluntariamente, o compromisso de implantar os dez princípios em suas atividades cotidianas e prestar contas à sociedade, com publicidade e transparência, dos progressos que está realizando no processo de implantação dos princípios mediante Comunicações de Progresso (COP). Essas comunicações devem ser feitas com o envio anual de um relatório elaborado pelas empresas.

Os dois primeiros princípios dizem respeito aos direitos humanos. O primeiro estabelece que as empresas têm o dever de apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente e o segundo alerta para que elas não violem tais direitos, ou seja, pretende-se certificar que as empresas não são cúmplices em abusos dos direitos.

Dessa forma, as três áreas chaves da atuação do Pacto Global, no que respeita os direitos humanos seriam:

- a proteção à vida e segurança;
- os direitos e liberdades políticas individuais (direito de ir e vir, privacidade, propriedade, liberdade de expressão, religião e associação);
- direitos e econômicos, sociais e culturais, como o estabelecimento de um padrão de vida digno (levando em consideração a alimentação, habitação, saúde, acesso a serviços sociais, educação, remuneração justa, lazer e descanso).

O Pacto Global, assim, pretende promover o desenvolvimento humano sustentável, focando atenções à vida longa e saudável, ao acesso ao conhecimento e ao padrão de vida decente.

Quatro dos princípios se referem ao trabalho. O primeiro deles traz a necessidade das empresas apoiarem a liberdade de associação, bem como o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. O quarto princípio do Pacto Global objetiva a eliminação de todas as

formas de trabalho forçado ou compulsório. Os dois outros princípios, que dispõem sobre o trabalho, tratam da abolição efetiva do trabalho infantil e da eliminação da discriminação no emprego.

Quanto ao meio ambiente, o princípio número sete estabelece que as empresas devam apoiar uma abordagem preventiva sobre desafios ambientais. Desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental e incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientais amigáveis, ou seja, que não agredam a natureza são mais dois princípios que prezam pelo meio ambiente.

Desse modo, pode-se perceber que a abordagem adotada pelo Pacto Global é a preventiva e não corretiva, além de unir esforços no sentido de promover a gestão do ciclo de vida do produto.

Por fim, o último princípio dispõe que as empresas possuem a obrigação de combater a corrupção em todas suas formas, inclusive a extorsão e a propina. Vale ressaltar que tal princípio foi incluído posteriormente e se destina, também, a fortalecer o crescimento econômico.

O Pacto Global conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, através de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

3. Desenvolvimento

3.1 A Catamarã Engenharia e Empreendimentos LTDA

Desde a sua fundação, os objetivos da Catamarã sempre estiveram voltados à conquista de um mercado permanente, registrando a marca como sinônimo de qualidade, criatividade, inovação, credibilidade e responsabilidade, para todas as atividades executadas.

Com mais de 22 anos de tradição, a empresa e toda sua equipe busca, todos os dias, o alcance de suas metas que se renovam a cada conquista. São grupos de pessoas extremamente comprometidas, todos os quais, em seus setores, criando e inovando, crescendo e amadurecendo. Um local onde se tem a oportunidade de se tornar pessoas competentes, qualificadas e, mais ainda, pessoas de bem. O crescimento é profissional e pessoal.

A valorização do funcionário, independente de sua função, a preocupação com sua saúde e bem estar, os cuidados com a higiene, oferecendo instalações adequadas e organizadas; proporcionando, enfim, boas condições de trabalho em que se possa produzir com motivação.

A empresa além de oferecer auxílio médico-odontológico, seguro de vida e apoio às famílias, realiza acompanhamento de pressão arterial, semanalmente, por profissional qualificado. Cuidados com a segurança do trabalhador também é prioridade para a empresa que muito investe nesse aspecto.

Fora do expediente, a missão de disseminar todas as informações, no trabalho, adquiridas, e obter um papel importante em melhorias da sociedade em que se vive. Pessoas sentem-se importantes ajudando pessoas. Mesmo aquelas que muito pouco têm, participam de campanhas doando alimentos ou agasalhos por saberem o quanto aquele ato pode mudar, ou até salvar, a vida de uma pessoa.

A Catamarã pode ser considerada empresa exemplo de solidariedade e cidadania, além da competência nos serviços e produtos oferecidos. Prova disso é a segunda colocação no Prêmio

Sinduscon-Nor/PR 2011, onde foram avaliadas 18 construtoras da cidade de Maringá e região, que integram o ranking das empresas com melhores práticas em busca de qualidade. Os critérios de avaliação foram:

- qualidade em gestão;
- segurança no trabalho;
- sustentabilidade e o manejo correto de resíduos sólidos;
- responsabilidade social.

3.2 Sistema de Gestão da Qualidade

A implantação de Sistema de Gestão da Qualidade foi natural, pois sempre esteve intrínseca na filosofia da Catamarã a busca pelas inovações, respeito humano, sustentabilidade e responsabilidade social. Esta conscientização é compartilhada pelos colaboradores seja do administrativo como das obras, os quais conhecem a importância de respeitar o meio ambiente e de se promover ações sociais. A empresa busca constantemente melhorias de processos, refletindo em obras planejadas e organizadas, garantindo a entrega e a qualidade que já são tradição, objetivando a satisfação de seus clientes.

Conta-se com as seguintes certificações e participações:

- Certificação ISO 9001:2008;
- Certificação PBQP-h, nível A;
- Membro do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial;
- Empresa Participante do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas).

As certificações demonstram que os processos internos, determinados pela organização, apresentam-se em conformidade, garantindo ao cliente um produto e/ou serviço segundo normas, padrões e procedimentos predeterminados.

A Catamarã tem consciência da importância dessas avaliações periódicas com o intuito de manter sempre a ordem e a qualidade em todos os setores da empresa.

3.3 Sustentabilidade

Segundo Dagnino, 2004, a transformação da natureza expressada na apropriação, acumulação e reprodução dos recursos naturais é a consequência e, ao mesmo tempo, a causa da diversificação das necessidades e das relações ambientais desequilibradas.

Desenvolver e implantar um PGIRS são fundamentais para qualquer empresa que deseja maximizar as oportunidades e reduzir custos e riscos associados à gestão de resíduos sólidos.

As características de uma construção sustentável interferem diretamente na relação do homem/meio-ambiente com questões que podem ser minimizadas quando se resolve investir em um planejamento adequado.

O Manual PGIRS da Catamarã Engenharia (2010) demonstra que se deve assegurar que todos os resíduos serão gerenciados de forma apropriada e segura, desde a geração até a destinação final. Para atingir o sucesso do gerenciamento de resíduos é necessário adotar uma política de resíduos com foco na melhoria contínua. Para isso são considerados três fatores básicos:

- Soluções pautadas em princípios ecológicos que contemplem a minimização da geração de resíduos e a maximização da reciclagem e reutilização como forma de diminuir a pressão sobre o meio ambiente;

- Coerência com os objetivos sanitários;
- Incentivo a participação de todos os envolvidos.

Os benefícios proporcionados aos usuários destas práticas e a todo o meio são:

- economia de energia;
- preservação dos recursos naturais;
- minimização dos riscos à saúde pública;
- aumento da vida útil dos aterros sanitários, entre outros.

A empresa objetivou, com a implantação do gerenciamento dos resíduos sólidos:

- Conhecer as fontes, tipologias e quantidades dos resíduos sólidos gerados;
- Definir as melhores práticas para a gestão dos mesmos;
- Minimizar a geração;
- Segregar na origem;
- Priorizar a reutilização ou reciclagem;
- Minimizar o consumo de recursos naturais;
- Minimizar emissões de produtos resultantes do processo produtivo para o meio ambiente;
- Providenciar a disposição adequada dos resíduos remanescentes.

Por fim, a empresa busca, através do PGIRS, minimizar a geração de resíduos na fonte, adequar a segregação na origem, controlar e reduzir riscos ao meio ambiente e assegurar o correto manuseio e disposição final, em conformidade com a legislação vigente.

3.4 Responsabilidade Social

A construtora tenta mostrar, principalmente aos seus colaboradores, que o futuro depende da capacidade de fazer o bem, respeitando as pessoas e o meio em que se vive. Com reuniões e treinamentos periódicos, existe a contribuição de cada colaborador, seja de setores administrativos ou das obras, em práticas sociais criadas pela empresa. É evidente a reeducação e conscientização relacionadas à qualidade, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Comprovou-se que o sucesso dessa meta independe do nível hierárquico e/ou nível de esclarecimento desses indivíduos. Mais ainda, nota-se o crescimento pessoal e profissional dos envolvidos que, fora do ambiente de trabalho, procuram disseminar os conceitos e valores na empresa absorvidos. Consequentemente obtém-se melhoria da sociedade como um todo.

Uma empresa, hoje, pode ser mais que lucrativa e eficiente; precisa ser cidadã. As transformações socioeconômicas dos últimos 20 anos têm afetado profundamente o comportamento de empresas até então acostumadas à pura e exclusiva maximização do lucro. Se por um lado o setor privado tem cada vez mais lugar de destaque na criação de riqueza; por outro lado, é bem sabido que com grande poder, vem grande responsabilidade. Em função da capacidade criativa já existente, e dos recursos financeiros e humanos já disponíveis, empresas têm uma intrínseca responsabilidade social.

Responsabilidade social é o compromisso permanente dos empresários de adotar um comprometimento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, para a qualidade de

vida de seus colaboradores junto a seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo. Essa concepção assume a responsabilidade social como expressão de uma postura ética comprometida com o resgate da cidadania, na busca do bem-estar público, em articulação com as políticas sociais.

Ações Sociais realizadas pela Catamarã:

- Doação de todo descarte de madeira para o MAREV – Associação Maringá Apoiando na Recuperação de Vidas, que é utilizado em fogões e fornos à lenha na Padaria da entidade;
- Doação de toda renda proveniente da reciclagem do descarte de aço das obras para o Lar Escola da Criança de Maringá;
- Doação de todos resíduos recicláveis provenientes da obra, sede administrativa e plantão de vendas da Catamarã à COOPERCANÇÃO - Cooperativa de Materiais Recicláveis dos Conjuntos João de Barro e Santa Felicidade, contribuindo com o aumento da renda dos cooperados;
- Membro do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, que tem como objetivo reunir as potencialidades e competências empresariais para promover o desenvolvimento sustentável do Estado e o bem estar de toda comunidade;
- Empresa participante do PACTO GLOBAL da Organização das Nações Unidas, buscando ações que atendam os princípios básicos do pacto na busca de melhorias na empresa e em toda sociedade.

5. Considerações Finais

A atualização na indústria da construção precisa ser uma busca constante. Não só pela evolução natural, devido do desenvolvimento tecnológico; porém, pelo surgimento de novas técnicas e produtos que chegam para a melhoria dos processos, refletindo em obras planejadas e organizadas, garantindo entrega no prazo determinado, qualidade e a satisfação dos clientes.

Observou-se, neste estudo de caso, o sucesso de uma empresa quando existe a consciência e um grupo comprometido em realizar, disseminar e implantar mudanças necessárias para o seu desenvolvimento.

O foco na qualidade e na segurança. O respeito ao meio ambiente e ao ser humano. Esta é a nova realidade dessa indústria que tanto cresce e envolve um número considerável de pessoas. Pessoas que vivenciam um crescimento profissional e pessoal, enquanto participantes desse projeto e que proporcionam, por consequência, a melhoria da sociedade como um todo.

Referências

ABNT. ABNT/CB-25 - *Gestão da Qualidade e Garantia de Qualidade – Terminologia NBR ISO 8402*. Rio de Janeiro, 1994, 15 p.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerência da Qualidade Total*. Belo Horizonte: UFMG, Fundação Christiano Ottoni, 1991.

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)*. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni: UFMG, 1992.

CNI/SENAI. *Qualidade na Indústria da Construção*. 2003, 1ª Ed.

CPCE. *Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial*. Conteúdo retirado no site <http://www.fiepr.org.br/fiepr/cpce/> em 14/10/2011 às 21:00 h.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio. *Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004

EDIFICAÇÕES. Conteúdo retirado no site www.tecedific.blogspot.com em 15/10/2011 às 15:30 h.

GUIA FIEP– O Empresário do Terceiro Milênio – Curitiba, SESI/PR, 2009.

- JÚNIOR, Nelson Boechat Cunha.** *Cartilha de gerenciamento de resíduos sólidos para a construção civil.* SINDUSCON-MG, 2005.
- MACHADO A.,** *Revista Geração Sustentável.* 24ª Edição. Ano 5. 2011.
- MANUAL PGIRS – Plano De Gerenciamento Integrado De Resíduos Sólidos - Catamarã Engenharia E Empreendimentos Ltda.** (elaborado por SENAI- Maringá/PR) Agosto, 2010.
- PACTOGLOBAL.** *Projeto de iniciativa de valores fundamentais empresariais,* Conteúdo retirado no site www.pactoglobal.org.br em 14/10/2011 às 14:00 h.
- PINTO, Tarcísio de Paulo.** *Gestão Ambiental de Resíduos da Construção Civil.* São Paulo. 2005.
- SENAI.** *Manual Da Qualidade Na Indústria Da Construção.* São Paulo. 2003.
- VALLS, Valéria Martin, VERGUEIRO, Waldomiro C. S.** *A gestão da Qualidade em serviços de informação no Brasil: uma revisão da literatura.* Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.47-59, jan/jun. 1998.
- VIEIRAS, N.** *Revista eletrônica sobre a prática da responsabilidade social em todas suas esferas.* Conteúdo retirado no site www.responsabilidadesocial.com.br em 14/10/2011 às 19:00 h.